

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO

Litoral Norte – São Paulo

PROCC...	
FOLHA:	14
ASS:	Jgll

COMISSÃO DE JUSTIÇA, LEGISLAÇÃO E REDAÇÃO REDAÇÃO FINAL AO PROJETO DE LEI

N.º 33/2026

“Institui a organização e regulamentação do uso de espaços públicos para estacionamento de bicicletas no município de São Sebastião e dá outras providências.”

A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Fica instituída, no âmbito do Município de São Sebastião, a política de organização e regulamentação do estacionamento de bicicletas em espaços públicos, com a finalidade de promover o ordenamento urbano, a segurança, a acessibilidade e o incentivo à mobilidade sustentável.

Art. 2º O estacionamento de bicicletas deverá ocorrer exclusivamente em locais apropriados, assim considerados:

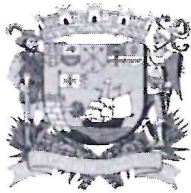
- I – Bicicletários públicos existentes;
- II – Estruturas disponibilizadas por estabelecimentos comerciais;
- III – Áreas devidamente sinalizadas pelo Poder Executivo Municipal.

Art. 3º Fica vedada a fixação de bicicletas em locais inadequados, especialmente:

- I – Postes de iluminação pública;
- II – Placas de sinalização;
- III – Árvores;
- IV – Equipamentos públicos urbanos;
- V – Qualquer estrutura que comprometa a livre circulação de pedestres e a acessibilidade.

Art. 4º Para fins desta Lei, adota-se o princípio da responsabilidade compartilhada na organização do estacionamento de bicicletas, cabendo:





CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO

Litoral Norte – São Paulo

PROC...

FOLHA: 15

ASS: Jgf

I – Ao Poder Executivo: regulamentar, orientar, fiscalizar e sinalizar os locais apropriados;

II – Aos estabelecimentos comerciais: facultativamente disponibilizar suportes adequados para bicicletas, observadas as normas de acessibilidade;

III – Aos usuários: utilizar exclusivamente os espaços permitidos, respeitando as normas estabelecidas.

Art. 5º A implantação e ampliação dos espaços destinados ao estacionamento de bicicletas poderão ocorrer sem geração de custos ao erário municipal, mediante:

I – Parcerias com a iniciativa privada;

II – Adoção de bicicletários por comerciantes locais;

III – Utilização de sinalização horizontal e vertical de baixo custo.

~~**Art. 6º** Fica o Poder Executivo autorizado a proceder com a remoção de bicicletas estacionadas em desacordo com esta Lei.~~

~~§1º As bicicletas removidas serão encaminhadas a local designado pelo Município.~~

~~§2º A retirada pelo proprietário ficará condicionada à comprovação de posse.~~

~~§3º O Poder Executivo regulamentará os procedimentos de guarda, prazo e devolução. (suprimido pela emenda supressiva n.º 01/2026)~~

Art. 7º O descumprimento das disposições desta Lei sujeitará o infrator às seguintes medidas:

I – Advertência, em caráter educativo;

II – Remoção da bicicleta, em caso de reincidência ou obstrução de espaço público.

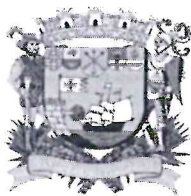
~~**Art. 8º** O Poder Executivo poderá estabelecer normas complementares para a fiel execução desta Lei, especialmente quanto a:~~

~~I – Padronização de suportes para bicicletas;~~

~~II – Critérios de instalação em áreas comerciais e de grande circulação;~~

~~III – Diretrizes de acessibilidade e mobilidade urbana. (suprimido pela emenda supressiva n.º 02/2026)~~





CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO

Litoral Norte – São Paulo

PROC...

FOLHA: 16

ASS.: Jall

Art. 9º O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de até 60 (sessenta) dias, contados da data de sua publicação.

Art. 10 As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 11 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 19 de maio de 2026.

Henriana Pessuto Candido Lacerda

Presidente

Diego de Castro Pereira

“Diego Nabuco”

Secretário

Maria Angela Laurito de Moares

Membro

